

**12ª Reunião Científica Regional Sudeste da ANPEd  
Reunião dos Associados da Anfope Sudeste****CARTA DE VITÓRIA**

Os presentes à reunião da Anfope Sudeste realizada na UFES, Vitória, ES, na 12ª Reunião Científica Regional Sudeste da ANPEd, em 11 de julho de 2016, endossam e reafirmam as posições da Carta de Florianópolis (7/6/2016), especialmente, no que diz respeito a não subordinação a normas e regulações que visem à padronização curricular, posicionando-se, assim, de forma contrária a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC). Reforçamos que o processo de elaboração da BNCC não garantiu a participação efetiva dos profissionais da educação, assim como de suas entidades representativas, desprezando as diversidades locais e regionais, o direito às diferenças e o respeito aos sujeitos do processo educativo.

As versões da BNCC, até agora apresentadas, não asseguram os princípios garantidos pela Constituição Federal (1988), pela LDB (1996) e pelas metas e estratégias do PNE (2014-2024), e ameaçam o pluralismo de ideias e concepções político-pedagógicas, a valorização das experiências em espaços não escolares e a formação para a cidadania; assim como a formação e a valorização dos profissionais da educação. Além disso, não estimulam a gestão democrática, a pesquisa, o trabalho como princípio educativo, fragilizando a autonomia da comunidade escolar – professores, estudantes, trabalhadores e pais – na elaboração do projeto político pedagógico curricular da escola.

Entendemos que a BNCC, com sua ênfase no conteudismo, disciplinarização e controle, também promove a mercantilização da educação, reduzindo a avaliação a processos externos de controle baseados em resultados para o ranqueamento de instituições, a adoção de sistemas de bonificação e a responsabilização de professores sobre o desempenho de estudantes. Esses condicionantes provocam o esvaziamento e alienação do fazer docente, reforçando históricos processos de desvalorização dos profissionais da educação, e fragilizando, sobretudo, a formação, carreira e salários; assim como deslegitimando a escola como espaço de produção do saber, do ensino, da aprendizagem e da profissionalização docente.

É urgente que as regulamentações que se instituem, no caso da BNCC, sejam antecedidas de debates que incluam, em especial, os profissionais da educação e suas entidades representativas. Nesta direção, conclamamos a todos que reforcem a ampliação desses debates, bem como o compromisso com a democratização da educação que, publicamente, defendemos e assumimos.

Em defesa da Democracia, de uma Educação Pública e de Qualidade Social!

Vitória, 11 de julho de 2016.